

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NAS FACULDADES
PAULISTAS

RELATÓRIO FINAL

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO - PT

10/03/2015

CPI

**VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NAS FACULDADES PAULISTAS
BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

10/03/2015

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Comissão Parlamentar de Inquérito, violações de direitos humanos nas faculdades paulistas. Abertura.

Havendo número regimental, declaro aberta a trigésima sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo ato número 56 de 2014 com a finalidade de investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do estado de São Paulo, nos chamados trotes, festas e no seu cotidiano acadêmico.

Registro a presença dos nobres deputados Sarah Munhoz, Carlos Giannazi, Marco Aurélio de Souza e Ulysses Tassinari, e Adriano Diogo. Solicito ao secretário a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Pela ordem, deputado Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Requeiro a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É regimental o pedido de V. Exa., os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão, aprovado. Ordem do dia, leitura do relatório final por parte do relator desta CPI, deputado doutor médico Ulysses Tassinari. Em discussão.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Pela ordem.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Queria fazer um encaminhamento a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Pela ordem, deputado Marco Aurélio de Souza.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – O relatório já foi entregue aqui aos deputados, e qual é o meu encaminhamento? Que sejam feitas as recomendações finais que é praticamente os encaminhamentos práticos da Comissão, e se alguém tiver alguma sugestão no relatório vem e se manifesta e a gente já submeta à votação e após isso, continuaria se alguém quiser fazer um aditivo, alguma coisa a mais, né?

Mas num primeiro momento que a gente lesse as recomendações finais, já votasse e aí se tivesse alguma coisa a mais já ficaria aberto aos deputados. Esse é meu encaminhamento, presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É regimental o pedido de V. Exa., em discussão o encaminhamento proposto pelo deputado Marco Aurélio, em votação, aprovado.

Só quero anunciar que após a leitura e a coleta de emendas sejam elas aditivas ou supressivas ao texto do relator, nós faremos a apresentação do relatório no formato digital. São dois relatórios, um jurídico com todos os anexos das audiências cuja síntese o deputado Tassinari que é o relator vai apresentar o relatório, e aí apresentaremos outro relatório digital no formato e-book.

Então, sem mais delongas eu passo a palavra ao deputado Ulysses Tassinari, relator desta CPI para apresentação do trabalho do relatório. Com a palavra o deputado Ulysses Tassinari.

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV – Senhor presidente deputado Adriano Diogo, senhora deputada Sarah Munhoz, senhores deputados Carlos Giannazi e Marco Aurélio de Souza.

Na presente data apresento como relator desta CPI na forma do relatório final. E os resultados, senhor presidente demonstraram que a CPI atingiu plenamente a finalidade para a qual foi constituída, qual seja a de recolher o maior número de indícios e provas sobre as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades nos chamados trotes, festas e no seu cotidiano acadêmico, haja vista a qualidade dos indícios coletados e principalmente a quantidade de declarações e documentos obtidos passando da casa dos 9000 documentos.

Portanto, considero que temos material o suficiente para ser encaminhado ao Ministério Público e demais autoridades para dar sequência às investigações e adotar as medidas judiciais e administrativas punitivas cabíveis.

Senhor presidente, apresento em síntese as nossas recomendações de providências a serem adotadas e penso eu, da forma mais urgente possível. São elas,

1– Promover a responsabilização civil, penal e administrativa no que couber.

1.a– Das pessoas físicas integrantes ou não das diretorias de todos os Centros Acadêmicos e as Associações Atléticas que de qualquer forma seja por ação ou seja por omissão promoveram atos vinculados à violação de direitos humanos.

1.b– Das pessoas jurídicas corporificadas por estas entidades associativas mais o Show Medicina, empresa que organiza o evento do mesmo nome, entidade privada detentora de CNPJ.

1.c– Das pessoas físicas e jurídicas incertas na chamada Liga das Atléticas, entidade que reúne todas as Associações Atléticas das faculdades de Medicina, responsável pela organização de competições esportivas como Intermed e a Calomed que tantos inconvenientes e prejuízos traz às cidades onde as competições são realizadas, tendo em vista haver indícios de que esta Liga promove vários ilícitos tais como organização de festas e competições esportivas para as quais aliciam prostitutas e facilitam a venda de entorpecentes, bem como encobre vários dos ilícitos penais e civis apontados por esta CPI.

2– Advertir, suspender ou em último caso revogar todas as leis estaduais que declaram de utilidade pública todos os Centros Acadêmicos e ou Associações Atléticas de qualquer instituição de ensino superior pública ou privada do estado de São Paulo que não cumpram os requisitos da lei de utilidade pública.

3– Pedir abertura de inquérito civil aos Ministérios Públicos Federal e do estado de São Paulo para apuração de possíveis improbidades administrativas supostamente praticadas por dirigentes de universidade e faculdades públicas que se omitiram na apuração e punição nos casos de violação de direitos humanos coletados por esta CPI, incluindo o uso do patrimônio público como, por exemplo, o espaço público cedido à Associação Atlética Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

3.1– Pedir abertura de inquérito civil aos Ministérios Públicos Federal e do estado de São Paulo para apuração de possíveis improbidades administrativas na existência de supostas fraudes nos concursos e processo seletivo de residência Médica privilegiando aprovação dos estudantes que integram como dirigentes Centros acadêmicos e associações Atléticas, bem como nos cursos de pós-graduação.

4– Pedir abertura de inquérito policial às Polícias Federal e Civil do estado de São Paulo para apuração criminal de todos os eventuais crimes relatados nos anexos que fazem parte integrante deste relatório final.

4.a– Solicitar à Corregedoria da Polícia Civil a apuração da forma de tratamento irregular recebida pela estudante de Medicina da USP Ribeirão Preto pelas policiais da Delegacia de Defesa da Mulher daquele município relativo ao atendimento no caso de violência por ela sofrida no campus da USP Ribeirão em setembro de 2014 narrada nas declarações do dia 20 de fevereiro de 2015.

5– Solicitar aos Ministérios Públicos Federal e do estado de São Paulo para que venham a propor caso o acervo de indícios e provas de autoria e materialidade colhidas por esta CPI já sejam suficientes no sentido de apontar crimes consumados ou tentados as devidas sanções penais públicas.

6– Requerer as receitas do Brasil, do estado de São Paulo e dos respectivos municípios onde esteve instalados os Centros Acadêmicos e ou Associações Atléticas de qualquer instituição de ensino superior público ou privado, à análise e apuração contábil dos balanços e movimentação financeira destas entidades associativas, com o fim de apurar eventuais ilícitos tributários tais como sonegação fiscal, uma vez que muitos depoimentos dos próprios diretores e tesoureiros destas entidades nos deram conta de que os balanços eram obscuros, desconhecidos ou realizados em desacordo com as regras do Direito Tributário e da Contabilidade.

7– Solicitar ao Ministério Público do estado de São Paulo que instaure o competente inquérito civil público para apurar falha da Administração da Universidade de São Paulo seja por sua reitoria, prefeitura desta universidade ou diretoria da Faculdade de Medicina da USP em efetivar administrativa e judicialmente eventuais cobranças por danos ao patrimônio público perpetrado durante as festas no campus da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e no teatro auditório onde se realiza o Show Medicina, ante as denúncias contidas nos relatos de depredação do patrimônio público ocorridas durante o espetáculo Show Medicina.

8– Encaminhar aos Conselhos Federal e Regional de Medicina pedindo para:

a– abertura de sindicância e ou do devido processo administrativo com o fim de apurar violações do Código de Ética Médica e punir a participação de médicos em trotes acadêmicos ou em eventos similares, bem como em competições esportivas organizadas por estudantes de Medicina.

b– Recomendar aos médicos que se abstenham de participar de trotes universitários ou eventos similares, bem como em competições esportivas organizadas por estudantes de Medicina, salvo na condição de docentes ou para fins de serviço de atendimento médico-hospitalar.

9– Encaminhar ao Ministério da Educação pedido para apuração administrativa de todos os fatos relatados a esta CPI com o fim de aplicar as devidas sanções legais dentre elas a intervenção universitária ou faculdade onde se cerificou a prática de tortura e demais ilícitos averiguados por esta CPI.

9.a– Sugerir ainda ao Ministério da Educação a fixação de um processo administrativo de exclusão mais célere nos moldes dos procedimentos via rápida do aluno participante de trote a ser utilizada por todas as instituições de ensino públicas e privada prevendo formas de ampla defesa e recurso.

10– Encaminhar ao Ministério da Educação proposta para criar e ou alterar o sistema de avaliação das universidades e faculdades de qualquer instituição pública ou privada onde seja detectada a ocorrência de trotes universitários acadêmicos violentos, difamantes ou não, com o fim de punir o estabelecimento de ensino com perda de pontos em sua avaliação.

10.1– Encaminhar ao Ministério da Educação proposta para que sejam consideradas no sistema de avaliação supracitado, as ações promovidas pelas faculdades, universidades e demais instituições de ensino, que fomentem o respeito aos direitos humanos.

11– Criação de uma ouvidoria estudantil junto à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania para atender todos os casos de abuso e assedio sexual, profissional e moral praticados em todas as instituições de ensino do estado de São Paulo.

Ainda nessa parte, que esta ouvidoria seja dotada de mecanismos de acesso facilitado a todas as camadas da população, valendo-se para seu funcionamento do uso da Lei Estadual 10.177 de 1998, bem como seja dotada de recursos orçamentários para seu funcionamento.

Por fim sugere-se que no ato legal de criação desta ouvidoria seja conferida toda atenção para o encaminhamento imediato das denúncias que envolvam casos de abusos e assédios sexuais ocorridos dentro das instituições de ensino do estado de São Paulo. Para tanto roga-se a disponibilização na imprensa ou em sítio eletrônico da Secretaria Estadual da Justiça e Defesa da Cidadania de um canal de atendimento on line, onde seja garantido o sigilo das informações.

11.1– Sugerir ao Ministério da Educação a criação e instalação de ouvidoria nos mesmos modos descritos nesse item 11.

12– Encaminhamento do relatório final ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no sentido de que este documento auxilie e acompanhe as respectivas instâncias no julgamento das ações civis e criminais que versem sobre os fatos ilegais e irregulares apurados nesta CPI.

13– Encaminhar pedido ao senhor defensor público geral do estado de São Paulo no sentido de se viabilizar plena e célere assistência jurídica pelos defensores públicos às vítimas de abuso e assédio sexuais e morais e demais violações de direitos humanos apurados por esta CPI encaminhando-lhe ainda cópia integral deste relatório.

14– Encaminhar o relatório final ao Congresso Nacional para que tome conhecimento da situação nessa área específica.

15– Encaminhamento do relatório final ao senhor presidente da república e ao senhor governador do estado de São Paulo com o objetivo de informar a essas autoridades executivas as informações colhidas na CPI sugerindo às mesmas determinar respectivamente aos ministros de estado competentes e aos secretários de estado o maior empenho destas Pastas na resolução das demandas envolvendo as questões gravíssimas apuradas nessa CPI.

16– Recomendar às Câmaras Municipais onde estão instaladas essas universidades e faculdades citadas nesta CPI para que instalem CPIs para apurarem

eventuais outros casos de violações de direitos humanos em face dos alunos e funcionários dessas instituições de ensino.

16.a– Sugerir ainda às Câmaras Municipais nesses específicos municípios que instalem subcomissões de direitos humanos permanentes para receber denúncias de violações de direitos humanos em face dos alunos e funcionários dessas instituições de ensino e encaminhe à Assembleia Legislativa, aos Ministérios Públicos Estadual e Federal e demais órgãos públicos competentes.

16.b– Encaminhar o presente relatório às demais Assembleias Legislativas para que possam apurar casos de violação de direitos humanos nos seus respectivos estados.

Sugestões especiais deste relatório da CPI.

17– Recomendar ao Ministério Público do estado de São Paulo de formas especial e urgente a promoção de apuração de gravíssimos indícios de violação de direitos humanos e outros ilícitos civis e penais observados na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Puccamp, tendo em vista os relatos que acompanham este relatório, sobretudo, os prestados no último dia 23/02/2015 no plenário da Câmara Municipal de Campinas pela professora Lúcia Maria Quintes e por alunos daquela universidade em declarações prestadas nos dias 07/01/2015 e 23/02/2015 e 09/03/2014 contidas no anexo um deste relatório.

18– Encaminhar cópia deste relatório a Sua Santidade Papa Francisco seja diretamente, ou seja por intermédio...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Destaque no ponto anterior que tenha 2014 e tem que corrigir para 2015.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Nove de março de 2014.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Dois mil e catorze, tem um erro de digitação. Uma coisa que está catorze e é quinze é só isto. Depois a gente...

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV – 18- Encaminhar cópia deste relatório a Sua Santidade Papa Francisco seja diretamente ou seja por intermédio da Nunciatura apostólica instalada em Brasília, Distrito Federal, Papa esse que tem se mostrado um dos maiores defensores dos direitos humanos dentro da estrutura e hierarquia dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, pelo fato desta CPI ter apurado gravíssimas violações de direitos humanos perpetradas nas faculdades de Medicina e demais cursos superiores das duas principais universidades vinculadas à Cúria Católica, quais sejam a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, onde foram abundantemente apontados e relatados horripilantes casos de tortura, e uso de álcool e drogas bem como foram detectadas a indevida interferência de pessoas estranhas ao quadros seja da Igreja Católica ou seja das próprias universidades na condução e administração destas.

19– Encaminhar cópia deste relatório à Organização dos Estados Americanos, OEA através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da sua Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgãos incumbidos de monitorar e implementar os direitos humanos nos países aderentes à Convenção Americana de Direitos Humanos mais conhecida como Pacto San José da Costa Rica. Convenção esta de que o Brasil é signatário de 1922.

O encaminhamento tem por finalidade apurar de forma independente e autônoma as violações de direitos humanos praticadas nas universidades do estado de São Paulo omitidas ou desconhecidas do grande público e da comunidade internacional.

Visa ainda provocá-la no sentido de verificar a possibilidade de apurar eventual supostos crimes de tortura que foram averiguados por esta CPI no desenvolvimento dos seus trabalhos, buscando com isso o reconhecimento da comunidade internacional sobre as graves denúncias de violações dos direitos humanos nas universidades paulistas, bem como reclamar algum tipo de punição a todos os envolvidos em mais esta tragédia brasileira.

20– Encaminhar à Egrégia Mesa para que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo disponibilize de forma didática e por meio de e-book o relatório parcial e o presente relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito a ser consultado em plataforma própria da internet.

21– Encaminhar cópia do relatório final para o Núcleo Especializado de diversidade da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Só um minutinho, acho que tem um "de" a mais aí, né? Núcleo de, só depois verificar a redação, está bom? Do 21, encaminhar cópia do relatório final para o Núcleo...

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV – Especializado, né?

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Está bom? Só isso.

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV – 22– Encaminhar cópia do relatório final para o presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil-SP e para a Comissão de Diversidade Sexual da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil-SP.

23– Encaminhar cópia do relatório final para a Coordenação de Políticas Públicas Para a Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania no estado de São Paulo.

24– Encaminhar cópia do relatório final para a Secretaria de segurança Pública do Estado de São Paulo para que ela apure denúncias de não registro de Boletins de Ocorrência em Delegacias de Polícia do estado pelas vítimas de trotes violentos em complementação ao item 4.a.

25– Pedido de análise jurídica pelo Ministério Público das potenciais irregularidades e omissões manifestadas pelas reitorias da Universidade de São Paulo, USP, de Campinas, Unicamp, Estadual Paulista Julio Mesquita, UNESP, colhidas e indícios e provas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

25.1– Punições a todos os responsáveis pela confecção de letras de músicas e hinários contendo manifestações violadoras dos direitos humanos e praticadas por

alunos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Unesp e relatadas por alunos nas declarações prestadas na reunião do dia 04/03/2015.

26– Encaminhar à protocolização como projetos de lei desta CPI dois projetos de lei que visam auxiliar o combate aos trotes nas universidades minando o financiamento de festas e eventos e impondo punições àqueles que participam de trotes criando-se para tanto o Cadastro de Antecedentes Universitários do Estado de São Paulo.

27– Encaminhar moção ao Congresso Nacional pedindo a classificação dos trotes como crime no Código Penal Brasileiro.

27.1– Indicar ao Ministério Público que tipifique como crime de tortura as condutas praticadas durante os trotes acadêmicos.

28– Sugerir a reabertura ou desarquivamento após a publicação deste relatório final no "Diário Oficial" do Poder Legislativo do Estado de São Paulo daquelas sindicâncias instauradas nas universidades estaduais onde se teve por objetivo a averiguação da prática de trotes, assédios sexuais, morais e crimes sexuais bem como outras violações contra os direitos humanos.

28.a– Adotar no âmbito das universidades a práxis acadêmicas nos termos em que criada no âmbito universitário de Coimbra.

29– Publicação pelas Secretarias de Estado competentes e pelas universidades estaduais das estatísticas de vítimas de trotes e outras violências praticadas nas universidades e faculdades do estado de São Paulo.

30– Disponibilização de serviço médico e psicológico pelas universidades com o intuito de oferecer apoio às vítimas de trotes e outras violações nas universidades estaduais.

31– Conclamar aos Conselhos Federal e Estadual de Medicina que após a análise deste relatório final, reveja e faça a devida adequação na regulamentação dos estágios nos cursos de Ciências Médicas, sobretudo nas fases de internato e residência.

32– Ratificar nos termos desse relatório final o relatório parcial aprovado no último dia 26 de fevereiro de 2015.

É esse o relatório, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Bom, agora vamos à deliberação e aprovação do texto base e em seguida vamos abrir para algumas emendas ou de caráter supressivo ou de acrescentar, mas vamos votar o texto base para em seguida abrir para as manifestações de emenda.

Então, queria, em votação o relatório, em votação o relatório exarado o parecer, o relatório lido agora pelo deputado Ulysses Tassinari, relator desta CPI. Como vota a deputada Sarah Munhoz?

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Favorável com ressalvas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Como vota o deputado Giannazi?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Como vota o deputado Marco Aurélio de Souza?

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – (ininteligível - interferência de áudio.)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Como vota o deputado Ulysses Tassinari, relator?

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV – Favorável.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu também voto favorável ao texto integral, abrindo a possibilidade de emendas a serem apreciadas no presente momento. Com a palavra a Deputada Sarah Munhoz.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Solicito ao presidente desta Mesa assim como ao relator desta CPI avaliar a contribuição desta deputada e da Bancada do PCdoB na CPI de violação de direitos humanos nas universidades paulistas.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Pela ordem senhor presidente, desculpe interromper.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Com a palavra deputado Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Não sei se V. Exa. já declarou o resultado da votação do relatório, não?

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Ele esqueceu. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Aprovado pela unanimidade dos presentes por cinco votos favoráveis ao relatório apresentado pelo deputado Ulysses Tassinari. Então, cinco a zero, aprovado pelos deputados presentes. A deputada Sarah Munhoz aprovou com ressalvas e as ressalvas ela vai apresentar na forma de emendas.

Bom, a deputada então, apresenta as seguintes, uma cópia para cada deputado?

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – É, uma cópia para cada deputado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Uma cópia para cada deputado das emendas propostas pela deputada Sarah Munhoz.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Contribuição da deputada e da Bancada do PCdoB à CPI de violação dos direitos humanos nas universidades paulistas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Existem cópias disponíveis aqui para os senhores procuradores e para a Secretaria da Comissão. Com a palavra a deputada Sarah Munhoz.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – "Acrescentar onde couber. Em referência ao trote violento. As instituições de ensino superior pública ou privada deverão na parte de campanhas educativas no sentido de incentivar a recepção solidária acolhedora, instaurar de imediato, medidas disciplinares cabíveis no caso de trotes violentos definidos como aqueles que expõem o estudante às situações vexatórias ou violência física psíquica ou moral com imediata comunicação às autoridades policiais resguardando sempre o constitucional direito da ampla defesa.

Em relação ao papel das instituições de ensino superior. As instituições de ensino superior são espaços privilegiados de conhecimento e historicamente foram criados para difundir conhecimento e os valores humanísticos. O rompimento desses valores foi visto durante o período de exceção e repressão onde estudantes, professores e trabalhadores foram perseguidos por terem ideias justamente o maior valor das instituições de ensino superior.

Os acontecimentos presenciados na CPI são uma demonstração da falha na formação dos estudantes e na difusão da ideia de solidariedade e relações humanas. A CPI indica às instituições de ensino superior a revisão da grade disciplinar no intuito de fortalecer a formação de profissionais comprometidos com a construção de uma sociedade mais solidária e humana.

Indica ainda, sobre os órgãos autônomos de controle das instituições. Ficou demonstrado na CPI falhas graves na condução dos processos de verificação e ações coercitivas aos atos ilícitos universitários. A CPI indica às instituições de ensino superior uma profunda revisão da atuação das ouvidorias e comissões de éticas universitárias para que se preservem a autonomia a ação real no combate ao ilícito e constituir instrumento transparentes de verificação e encaminhamentos.

Sobre os encaminhamentos da CPI. A CPI indica aos reitores das universidades USP, Unesp, Unicamp e Fatec por ocasião das audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, prestem contas conforme prevê a lei apresentando as iniciativas no âmbito administrativo para punir e coibir as que vieram à tona denunciados e relatados por esta CPI, e quais as providências que as presentes instituições apresentarão em esfera administrativa e pedagógica para impedir que estes atos que violam os direitos humanos não sejam mais praticados. Sarah Munhoz". Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, a deputada apresentou quatro emendas que não são supressivas, são aditivas para que possam ser encaixadas no texto onde couber.

Em discussão as propostas apresentadas pela deputada Sarah Munhoz, em votação, aprovadas as emendas por unanimidade. Com a palavra o deputado Marco Aurélio de Souza.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT –Eu também gostaria... Está sem microfone aqui?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Está sem som Marco Aurélio. Está sem som, pega um microfone sem fio, por favor. Eu também quero apresentar uma emenda depois, não quero esquecer. É bem pequena, é oral, depois da fala do deputado Marco Aurélio de Souza.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – É, eu também quero fazer quatro emendas. As minhas são verbais e se houver concordância aqui com a Comissão, que elas sejam incorporadas então, ao relatório final. São duas no sentido de encaminhamentos.

Queria propor que o relatório final seja encaminhado a todos os prefeitos de todas as cidades onde foi detectado nesta CPI a presença de algum órgão, faculdade, universidade públicos e que se detectou desrespeito aos direitos humanos. Então, todas aquelas cidades onde foram, nós tivemos aqui presença de faculdades dessas cidades, o relatório seja encaminhado aos prefeitos daqueles municípios.

Outro encaminhamento é para que também o relatório final seja encaminhado aos Conselhos Tutelares também, destes municípios. Porque os Conselhos Tutelares? Porque neste período que nós ouvimos teve relatos de festas em que estudantes com menos de 18 anos entram com documentos fornecidos pela, por outros, né? Documentos que lhe dariam aí a idade para poder adentrar na festa que evidentemente é um ato criminoso e ilícito. Então, também que seja encaminhado aos Conselhos Tutelares destes municípios.

E mais duas outras sugestões também ao relatório, é de que, uma delas, uma sugestão é de que esta CPI aprove a criação de um grupo de acompanhamento da execução das medidas propostas no relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque? Porque este relatório que, diga-se de passagem, está muito bem feito pelo nosso deputado Ulysses Tassinari, traz uma série de questões a serem providenciadas que não vão ser feitas em uma semana, né? Serão um certo tempo. E a CPI se encerra hoje. O meu temor é que uma CPI tão bem feita fique apenas no papel.

Então, como um dos mecanismos é criar um grupo e acompanhamento e este grupo de acompanhamento vai poder verificar se as faculdades, universidades estão

tomando providências, se o Ministério Público está fazendo a devida apuração, Polícia Federal, Polícia Civil e assim por diante.

E sugiro nesse meu encaminhamento que neste grupo de acompanhamento do relatório final da CPI tenha integrantes dos grupos que foram vítimas, por exemplo, GENI é um grupo que foi, que é constituído na universidade para defender direitos de pessoas que são vítimas, e outros grupos identificados aqui nesta CPI, que eles, os grupos, sejam convidados para indicar um membro representante de cada um dos grupos, componha aqui uma comissão e essa comissão seja, tenha total apoio, total suporte na nossa Procuradoria Jurídica aqui desta Casa. Este é mais um encaminhamento.

O último encaminhamento que eu faço é de que seja encaminhado às lideranças partidárias e também ao presidente da Assembleia Legislativa, tanto o presidente atual como o presidente a ser eleito no próximo domingo, a sugestão da criação de uma Frente Parlamentar de Combate ao Trote Universitário, por quê?

Porque aí, e eu queria até aproveitar o deputado Carlos Giannasi que desta Mesa é o único que permanece aqui na Assembleia, quem sabe V. Exa. até poderia tomar a frente desta Frente Parlamentar, porque nós não vamos continuar com a CPI e é importante que haja um instrumento da Assembleia, dos deputados para acompanhar e combater qualquer outra violação.

Então, ficam aí essas quatro propostas, encaminhamentos. E aproveito para registrar senhor presidente, os parabéns ao deputado Ulysses Tassinari pelo relatório produzido porque realmente me parece que 32 itens conseguem sintetizar um grande número de horas, um grande número de folgas, relatórios, documentos que foram tão ricamente trazidos aqui para esta CPI. Eram, são estes quatro encaminhamentos, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Em discussão, em votação, totalmente pertinentes, aprovado.

Quero fazer um encaminhamento na seguinte direção, em uma das audiências aqui ainda na Comissão de Direitos Humanos, não era CPI, a professora Maria Ivete

Castro Boulos, do Núcleo de Violência Contra a Mulher da Faculdade de Medicina da USP, apresentou um trabalho de mais de 100 casos de estupros que ocorreram ao longo de sua vida na Coordenação desse Núcleo.

Pois bem, eu proponho que a fala da professora, o depoimento ainda feito pela professora Maria Ivete castro Boulos seja incorporado aos autos da CPI para que o Ministério Público tenha esta ciência deste trabalho sigiloso porque são mais de 100 casos de estupro relatados pela professora Maria Ivete. Que o Ministério Público tenha acesso a esse trabalho. Essa é a primeira.

A segunda, rapidamente, que todas as sessões realizadas na Comissão de Direitos Humanos, inclusive a sessão que desencadeou essa CPI, que ela seja incorporada ao relatório da CPI. Então são essas duas propostas que...

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Pela ordem, deputada Sarah Munhoz.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Eu gostaria de fazer um encaminhamento, que V. Sa. ou a quem de direito executasse uma carta de elogio ao corpo de procuradores desta Casa que durante todo este período da CPI nos orientaram, nos acompanharam e que se empenharam ao máximo para que nós fizéssemos tudo o que foi feito em tempo hábil e dentro da lei e da ordem.

São pessoas brilhantes, são profissionais de altíssimo gabarito e que se mostraram tão profissionais quanto humanos e sensíveis ao caso e à causa. Eu gostaria que V. Sa., por gentileza, fizesse encaminhamento porque este corpo de procuradores fez jus a esta questão.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então a senhora está fazendo isso na forma de emenda, não é? Que conste do texto esse agradecimento público. Então, em votação, em discussão as duas propostas feitas por mim Adriano Diogo e deputada Sarah Munhoz, em discussão, em votação, aprovado.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Senhor presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Deputado Marco Aurélio.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Me veio aqui à mente mais uma proposta se o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Pois não.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Dia 15 neste domingo agora serão empossados novos deputados e depois serão nomeadas novas comissões, entre elas a Comissão de Direitos Humanos que V. Exa. presidiu tão bem até esta data e vai continuar até o dia 14 se Deus quiser.

No entanto, a próxima Comissão de Direitos Humanos ela pode deliberar pela criação de uma subcomissão de Direitos Humanos de acompanhamento dos trotes nas universidades do estado de São Paulo. Portanto, eu queria fazer como proposta de encaminhamento, uma recomendação desta CPI para que a próxima Comissão de Direitos Humanos a ser instalada nesta Assembleia Legislativa nas suas primeiras reuniões, forme uma subcomissão de acompanhamento dos trotes praticados nas universidades do estado de São Paulo. É mais um encaminhamento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Em discussão, em votação, aprovado.

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV – Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Pela ordem, deputado Ulysses Tassinari.

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV – Gostaria também de registrar em nome de todos os integrantes desta CPI o nosso agradecimento a todos os assessores, a todas comissões que nos prestaram um serviço maravilhoso fundamental para esta CPI tivesse o sucesso que teve. Então, muito obrigado a todos os assessores que nos ajudaram nas diversas etapas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Antes de liberar o deputado Giannazi, é regimental e vamos fazer os agradecimentos inclusive ao pessoal da Delegacia de Polícia Civil que quase instituíram a Delegacia de Polícia Civil no curso da CPI, tal o empenho que ela estava tendo para nos ajudar, felizmente revertida.

Mas uma coisa importantíssima, antes de desativar a Mesa que é a proposta de lei que o projeto de lei que a Comissão Parlamentar de Inquérito elaborou com a finalidade de investigar as violações de Direitos Humanos e demais ilegalidades, que altera a Lei 10.454 de 20 de dezembro de 2009.

Então, além de todas essas, tem uma parte do relatório do Dr. Ulysses que não foi lido que é uma proposta de legislação.

"Assembleia Legislativa do estado de São Paulo decreta, insere, artigo 1, artigo primeiro, insere-se os artigos terceiro e quarto da Lei 10.454 de dezembro de 2009. Artigo terceiro, fica criado o Cadastro de Antecedentes Universitários do Estado de São Paulo, onde serão inseridos dados a respeito do comportamento dos alunos nas

instituições de ensino público e privado, este registro e sanções pela promoção e participação em trotes. O nome do aluno que tenha recebido sanções ou promoções por participação em trotes figurará no Cadastro de Antecedentes Universitários. O processo para inserção ou exclusão do nome do aluno que tenha recebido sanções ou promoção pela participação em trotes será aquele previsto na Lei 10.177 de 30 de dezembro de 1998. Fica proibida por 10 anos a partir da data de colação de grau em instituições de ensino pública e privada a inscrição em concursos públicos, processos seletivos ou qualquer meio legal de contratação de pessoas ou cargos para cargos, empregos em funções direta, indireta funcional no estado de São Paulo, cujos nomes sejam inseridos no Cadastro de Antecedentes de Universitários do Estado de São Paulo. Ficam reenumerados os demais artigos a partir da Lei 10.454 de dezembro de 2009. Essa lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Sala das sessões e justificativas de projeto vendo endurecer o combate aos trotes nas universidades. Trata-se de uma medida punitiva àqueles que participaram de trotes violentos ou não nas universidades. Pra isso contamos com o apoio dos senhores pais".

E ainda tem outro projeto de lei que dispõe sobre a proibição de patrocínio de eventos estudantis por empresas que fabrique e comercialize ou distribuam bebidas alcoólicas no território do estado de São Paulo e dá outras providências.

Então, é um projeto de lei, rapidinho eu vou ler. "Fica proibido o patrocínio de eventos estudantis por empresas que fabriquem, comercializem ou distribuam bebidas alcoólicas no território do estado de São Paulo. Entenda-se evento estudantil por qualquer reunião que envolva confraternização de estudantes, inclusive de festas realizadas dentro ou fora das instituições como as Maratomas. As infrações a esta lei sujeitam as empresas referidas no artigo primeiro das seguintes sanções administrativas sem prejuízo de natureza civil, penal definidas. Primeiro multa, segundo cassação da eficácia de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, ICMS, do estabelecimento. A multa prevista será de 500 unidades fiscais do estado de São Paulo. A cassação da eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, ICMS do estabelecimento será aplicada quando o fornecedor reincidir às infrações do artigo primeiro. Fiscalização para o fiel cumprimento desta lei será exercida pelo Poder Executivo que através de ato próprio designará o órgão

responsável. O Poder Executivo realizará ampla campanha educativa nos meios de comunicação para esclarecimento de deveres e proibições sobre as sanções impostas. As despesas decorrentes da aplicação dessa lei ocorrerão por conta de lotações orçamentárias. Esta lei entrará em vigor, para justificativa do projeto de lei, estabelecer o combate nos trotes universitários. Trata-se de medida punitiva para os que praticarem trote violento ou não das universidades. No caso o projeto visa estancar financiamento de festas e eventos por distribuidora de bebidas, eventos onde se verificam as mais atozes barbáries onde ocorreram inclusive mortes pela alta ingestão de bebidas alcoólicas".

Bom, vou passar a palavra ao deputado Giannazi e em seguida sem a necessidade do quorum nós vamos apresentar a versão digital do relatório a ser entregue. Com a palavra o deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente eu gostaria de parabenizar os deputados e deputada membros desta CPI do Trote que fez um trabalho aqui que organizou um trabalho pioneiro, protagonista não só no estado de São Paulo, mas no Brasil. Essa CPI foi importante porque ela pautou este tema do trote em todo o Brasil, a mídia toda falou sobre isso. Outras universidades investigaram, mas a partir deste movimento aqui da Assembleia Legislativa, então quero parabenizar todos os deputados, deputado Adriano Diogo, deputada Sarah Munhoz, deputado Marco Aurélio, deputado Ulysses.

Quero também agradecer e parabenizar a todos os colaboradores, todas as assessorias dos mandatos, sobretudo a assessoria, o grupo aqui do deputado Adriano Diogo, os nossos procuradores que são extremamente competentes e deram toda a infraestrutura, toda orientação jurídica, parabéns.

E fazer uma homenagem aqui muito especial ao deputado Adriano Diogo. Adriano Diogo teve uma participação fundamental, ele propôs a CPI, conduziu com muita competência, com muita propriedade esta CPI do Trote, e não só isso porque não dá para deixar de elogiar o deputado Adriano Diogo na Comissão da Verdade, ele também presidiu a Comissão da Verdade e a Comissão de Direitos Humanos.

Então, eu digo que esta CPI, não posso me esquecer, esta CPI do Trote foi uma das poucas coisas boas que a Assembleia Legislativa produziu nessa legislatura, uma das poucas

(Aplausos.)

Uma das poucas porque ela, eu concordo deputado Adriano Diogo, meus colegas deputados com o texto que foi escrito pelo jornalista Ricardo Melo na "Folha de São Paulo" de que se ao menos existisse uma Assembleia Legislativa, ele tem razão porque essa Assembleia Legislativa não investiga, não legisla e não representa a população, mas essa CPI foi muito importante porque ela investigou, está propondo aqui uma série de medidas, está propondo dois projetos de lei e ela representou aqui os anseios dos estudantes, das pessoas que estavam sendo vítimas do trote violento, de homofobia, racismo, discriminação de classes sociais.

Ela cumpriu um papel importante e eu me comprometo aqui deputado Marco Aurélio a levar estas duas propostas adiante a partir do dia 15. A criação da Frente Parlamentar Contra o Trote logicamente e a outra proposta que V. Exa. também citou agora de uma subcomissão na Comissão de Direitos Humanos, de levar essa proposta e batalhar para que ela seja viabilizada. Então parabéns a todos, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu queria fazer um convite de público antes que o Giannazi se retirasse, que na quinta-feira a partir das três horas da tarde vai ser apresentado o relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo lá no Plenário dos Deputados e nós vamos também instalar definitivamente a Comissão da Verdade dos Crimes da Democracia que tem o nome de Mães de Maio. Então dia 12, às 15 horas no Plenário dos Deputados a apresentação do trabalho da Comissão da Verdade.

Então só tem mais duas coisas, tem uma careta da DENEM, a Executiva Nacional de Estudantes de Medicina que chegou agora e que nós vamos ler depois. Eu

queria fazer um agradecimento, todo mundo aqui deu um empenho, mas, Kobayaski, você Ricardo Kobayaski que durante seis meses, antes da instalação da CPI me procurou em nome dos estudantes da Faculdade de Medicina e tanto, tanto, tanto se empenhou para ver aquela situação. Muito obrigado, vou fazer de público, Ricardo Kobayaski.

(Aplausos.)

Meu agradecimento. Você foi o proponente desta CPI, muito obrigado.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – É aquele japonês lá no fundo, ele não ficou de pé, fica em pé, por favor. Fica em pé, por favor. Fica em pé.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Danilo, vamos passar o relatório digital, então. Vai passar na tela, é. Aí o Giannazi fica, é uma inovação que nós tivemos aprovação do grupo de procuradores da Casa, que foi aprovado por unanimidade. Qual é o espírito...

O SR. - (Inaudível - fala fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Não, esse aqui já está liberado. O texto já está liberado pra divulgação pra imprensa, então todos os profissionais que quiserem ter acesso a todo este texto, está liberado. Seu procurador chefe, eu agradeço em nome de, todo o empenho maravilhoso que os procuradores

fizeram e Dr. Benetton se transformou num militante hard total, e brincadeira, Dr. Kimura, todos s procuradores fizeram um trabalho maravilhoso. Então, sincero.

Então queria já apresentar porque essa inovação d apresentar o e-book, ou hyperlink que o Danilo e o outro menino fizera é uma inovação porque se a gente apresenta um texto com toda contundência as pessoas não tem ideia das imagens. Então eles vão fazer um resumo rápido do que vai ser o relatório digital que vai ficar à disposição no site da Assembleia, irá para o Ministério Público e irá para todo mundo no Brasil que queira acompanhar. Obrigado Giannazi, obrigado, obrigado pelas palavras, viu? Muito obrigado. Vamos lá. Danilo, pega o microfone. Vocês que vão falar, que vão apresentar.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Você que fez. (Risos.)

O SR. DANILO – Boa tarde. Não, a gente preparou um e-book durante esse período da CPI, a gente recebeu muitos documentos, não só textos, mas principalmente de imagens que a gente colheu da internet como vídeos, fotos e não, em conversa com os membros da CPI não iria atender isso apenas no texto do relatório final.

Então a gente preparou este material digital finalizando, mas a gente separou ele por universidade e com alguns vídeos, fotos, principalmente dos chamados kits bixos que vem aqueles manuais dos bixos que contém as letras, os hinos das baterias. Então a gente separou por universidade, por temas que a CPI abordou também.

Então a gente vai passar um pouquinho rápido, esse material vai ficar disponível em lojas virtuais de livros como o Google Books e a Apple Store. Então ele vai ficar de acesso público para todas as pessoas que quiserem pesquisar e não só disponível dentro do site da Assembleia. Então ele é uma coisa pública e aberta para todos.

A gente contou bastante aqui também com materiais que a gente recebeu, alguns do professor Antonio Almeida também, que ele desenvolveu de textos e pesquisa sobre o assunto do trote. Eu vou passar rapidamente aqui.

No caso aqui os documentos apresentados pela USP, no caso a pesquisa da professora Maria Tourinho sobre as perseguições Bullying e discriminações nos cursos de Medicina. Os cartazes, né? Documentos apresentados pelos alunos durante as denúncias que vieram assim como as suas notas que eles apresentam, é, sumiu aqui o meu assistente. Não, ele é diferente aqui. Eu não vou conseguir aqui.

Como diversos documentos que a gente recebeu que abusa a questão da prostituição, pode passar esse aqui, não, embaixo. Principalmente as ameaças de rede sociais que passaram, os vídeos de trote e demais materiais também que isso já foi discutido durante a CPI. E foco mais também os hinos, as músicas. O Show Medicina que também merece um capítulo especial porque as denúncias...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Esse aí você, e começa a imagem aí inédita, nunca ninguém viu porque a gente só tinha aquela versão de celular, pode gastar um pouquinho de tempo, não tem problema. Está muito rápido, vai. Mostra essa imagem inédita onde foi proposto o linchamento do Scalisa, por favor. É importante, a primeira vez que esta imagem vem a público numa alta definição.

São duas cenas, a entrevista, a simulação de uma entrevista com, o que seria uma entrevista com Marília Gabriela que o personagem ridicularizado é o Felipe Scalisa, cujo personagem chamava Fiscaliza, e depois o linchamento da GENI no personagem Felipe Scalisa. Isso é uma coisa inédita, nós conseguimos e não tem ainda o outro vídeo que é contra os nordestinos, a cota de nordestinos e nortistas que é do Show anterior, mas esta é fundamental que venha a público nesta sessão a proposta de linchamento do Felipe Scalisa.

É a primeira vez que nós vamos, isso vai ser levado para o Ministério Público. Por favor, Danilo, pelo menos a introdução da entrevista e da cena do Show que é um pouco mais conhecida. Vamos lá.

É feita a exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Vocês Veem que a plateia é incentivada a que a cena seja repetida. "De novo, de novo, de novo". Diante de 400 pessoas.

Fala Dan.

O SR. DANILO – É que a gente está com problema na internet.

É feita a exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Está bom, este é o "Fiscalisa", agora mostra o GENI, o apedrejamento que é uma cena mais conhecida, mas nós nunca tivemos em alta definição. Vamos lá, para que o povo brasileiro saiba que existe isso dentro das Faculdades de Medicina que não abriram mão da eugenia e da Teoria da Eugenia até hoje. Vamos lá. Tem como acessar o Show, a parte da GENI? Está procurando? Mas existe, né? Então vamos lá.

O SR. DANILO – No caso o Show tem três horas e meia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu sei, mas...

O SR. DANILO – Só pra explicar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Esse aí é o apedrejamento do grupo GENI que eles falam que foi a revisão da obra do Chico, revisão teórica, só o Chico não foi comunicado. Então é a cena do linchamento com (ininteligível) do personagem Felipe Scalisa. Como tem representante da Faculdade de Medicina aqui, eu

estou, e eles se negaram a vir depor, puseram todos os advogados possíveis e imagináveis, nós vamos fazer questão de mostrar o que é o Show Medicina.

Para vocês não serem ditos que foram pegos de surpresa, tem coisas importantes para mostrar aqui, são quase inéditas. Além de Botucatu, da Unesp daquele exemplo de civilidade, a Medicina de Botucatu. Mas vamos pegar essas coisas mais inéditas como essa do Show Medicina de hoje.

Era importante ter um capítulo dos nordestinos, que esse está em alta definição, que é quando a Faculdade de Medicina exigiu uma cota de 20% de alunos da Residência Médica. É do Show 83, do ano de 1983. Dan, problemas?

Qual é a novidade do relatório digital? Ele é feito por faculdade, ele é feito PUC-Campinas, Unicamp, PUC-Sorocaba. Ele é outro corte, é outra lâmina. Vamos lá.

É feita a exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Esse é o dos nordestinos, ele localizou o dos nordestinos que estava mais fácil. Esse é do ano anterior. Meu Deus!

É feita a exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O dos nordestinos acabou agora ou vai começar? Vai começar.

É feita a exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Pronto, então é uma amostra. Prossiga Danilo como vocês organizaram aí a apresentação. Desculpa essas interrupções. Vamos lá.

O SR. DANILO – Bom, só pra, continuando aqui. A gente está fazendo as mudanças, no caso aqui a denúncia do vídeo do Pascu e das filmagens também de homofobia nas festas da Atlética também, assim como a repressão principalmente na internet contra os movimentos da USP, no caso a gente citou o ato LGBT que foi feito na USP e os alunos começaram a, alguns alunos vieram depor aqui, fazer essas, atacarem... A gente separa aqui as postagens que foram feitas e principalmente, os casos de estupro. E os próprios alunos que também haviam feito essas ofensas, a gente separa essas, a gente mostra aqui todos esses documentos que foram apresentados. Tudo isso foi apresentado nas audiências e até mesmo antes na Comissão de Direitos Humanos.

Destaque também para os hinos, este aqui é o "Carramão" que é o hinário da Atlética, esse aqui é o do ano passado. Tem as letras polêmicas como o "Pacto 97" que fala do caso da morte do Edson entre outras letras que a gente pode ver que são de cunho machista e apologia às drogas, né?

Também tem algumas letras do Show Medicina, a gente também quis colocar alguns documentos que a gente recebeu das prestações de contas, né? E o Estatuto do Show Medicina que são os documentos legais dos próprios.

As fotos que a gente colheu também na internet das pichações no Túnel Rebouças, os vídeos do Show Medicina que nós tivemos acesso ao Show Medicina 69 e número 72. O 72 no caso foi do ano passado.

A gente entra no capítulo da eugenia também com a tese e o filme "Homossapiens 1990", um documentário estrangeiro. E temos também um capítulo da USP Ribeirão Preto com hinário que nos foi apresentado que no caso são, tem a questão do Ministério Público da região que fala das letras de cunho racista também, além do inquérito, parte do inquérito que foi apresentado por eles, além dos vídeos também publicados na internet, do que eles chamam de recepção que é o uso da boina amarela.

No início eles recebem a boina e só podem retirar a boina depois do dia 13 de maio, da libertação dos escravos. No caso dois vídeos, mostra o juramento e no segundo vídeo são os próprios alunos entoando os hinos apresentados anteriormente em documentos. Todos eles sem nenhum pudor.

Os documentos apresentados pela PUC-São Paulo também pelos alunos do Grupo de Apoio ao Primeiranista. Esse vídeo realizado pelo Coletivo Feminino 2011 criticando o chamado "Rodeio das Gordas". Os documentos da Puccamp que a gente deixou disponíveis que são as ameaças aos alunos, principalmente em redes sociais, alguns alunos vieram depor.

A carta do depoimento dos alunos sobre essas perseguições, além dos hinos da Atlético da PUC Medicina aqui novamente. Também publicações de alunos sobre o uso de drogas e solicitando drogas aos alunos para eles levarem em festas também e os problemas encontrados por não comprarem drogas.

O caso aqui também relatado dos encargos financeiros da Atlético da PUC de Campinas, e uma descrição da questão dos trotes que eles recebem nas chamadas festas. Os documentos também da PUC-Sorocaba, né? Isso aqui é um manifesto lido pelos alunos da Medicina da PUC aqui também em audiência, e as perseguições ao aluno Rodrigo que veio depor aqui e foi fortemente criticado nos grupos internos, nas redes sociais.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Rodrigo não, Rodolfo.

O SR. DANILO – Rodolfo, me desculpa. E novamente aqui a questão do Grupo de Apoio ao Primeiranista e as letras da bateria da PUC-Sorocaba também, chamada Batucanabis. Pelo nome a gente não precisa falar que faz apologia às drogas.

Da Famerp a gente tem aqui, expõe aqui o kit bixo de 2014.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – De Rio Preto.

O SR. DANILO – De Rio Preto, Faculdade de Medicina de Rio Preto. Eles dizem um glossário do que o aluno deve ser e deve fazer como dizendo que ele é burro, o bixo é burro e ele deve morrer. Manchetes também de jornais. O vídeo do trote que os alunos apresentaram aqui da Famerp que mostra cenas de trote dentro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina de Rio Preto. E uma convocatória, como eles fizeram uma convocatória este ano para o trote.

Eles fizeram um vídeo montagem e algumas postagens na internet dessa, chamando, convocando os veteranos a darem trotes com mais empenho. Aqui a gente entra novamente na Esalq também com as letras das baterias. Documentos da Unicamp também com as letras, com os hinos e os vídeos de trotes, de festas, de rituais que eles praticam lá na Unicamp.

A gente fez um apanhado aqui sobre outras faculdades, no caso da faculdade adamantinense que jogaram ácido na menina. Um caso da Fatec de Jaú que um aluno foi, ingeriu pinga com maconha e foi hospitalizado. Isso aqui é um documento que a gente recebeu da Unifesp sobre assédio moral, um cartaz que foi divulgado lá, a gente também conseguiu isso.

A gente fez uma audiência sobre racismo com destaque às letras racistas da Faculdade de Medicina de Rio Preto e o chamado Black face que eles pintam a cara de um, isso aqui é no Show Medicina, eles pintam a cara de um aluno e sai satirizando a questão de cotas entre eles mesmos.

Isso aqui é um apanhado de documentos que a gente recebeu também sobre a questão das cotas raciais e o histórico das cotas raciais em São Paulo. E o depoimento também sobre, da Mary Dias sobre violência obstétrica.

Existem algumas coisas a serem colocadas como os documentos, as campanhas da OAB que a gente fez audiência com a OAB e as chamadas Maratomas que são as maratonas de bebidas que ocasionou inclusive a morte do rapaz de Bauru.

A gente vai finalizar esta semana esse material vai ficar disponível para todos em breve. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Excelente, obrigado. Bom, acho que, só falta ler a carta que o pessoal fez da Executiva Nacional, só, cadê o texto? Um texto importante que os estudantes de Medicina mandaram pra gente que a deputada vai ler, tudo porque entra na ata. É importante.

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – "Parecer da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina sobre a CPI das Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas.

Por meio desta nota, a DENEM vem expressar seu apoio integral ao processo investigativo instalado na CPI de violações aos direitos humanos nas universidades de São Paulo. Processo esse que se origina através de denúncias de estudantes de Medicina vítimas de opressão, com o objetivo primordial de estabelecer a verdade e a justiça sobre a violência sistematicamente acobertada que sofreram. Nesse sentido, a DENEM, como órgão executivo preocupado com a educação médica, entende que essa violência integra parte do currículo oculto das faculdades de Medicina, sendo de suma importância que este seja disputado em prol de uma educação libertadora, que formalize um sujeito político capaz de compreender a realidade, perceber o sofrimento do outro e agir sobre essa mesma realidade problemática.

Os relatos expostos em CPI revelam um quadro estarrecedor. Depoentes trazem à tona um contexto universitário marcado por hierarquia, em que veteranos - em alguns casos médicos formados - utilizam práticas violentas para demarcar sua dominação sobre os mais novos. Através de abusos e ameaças, esses alunos são inclusos em redes de poder relacionadas à corrupção, mau uso do espaço público, enriquecimento ilícito e tortura. Além disso, foram frequentes denúncias de negligência institucional por parte dos órgãos colegiados, com abafamento ativo dos casos de abuso sexual e de práticas violentas.

Ao observar o relatório parcial aprovado pela CPI, apoiamos a responsabilização e punição das entidades e das universidades relacionadas às violações aos direitos humanos constatadas na investigação. A autonomia universitária não é anuência para crimes copiosamente cometidos, para não dizer integrantes da realidade normal das

universidades, como a tortura, a discriminação, a negligência administrativa e a corrupção. Toda punição e reparação devem ser efetuadas estritamente sobre o que cada pessoa ou entidade cometeu e é exatamente por isso que acreditamos que as pessoas jurídicas devam ser também responsabilizadas, pois como entidades jamais poderiam ter se omitido frente à violência, e muitas vezes aos crimes cometidos, podendo configurar claramente cumplicidade e improbidade.

Contudo, acreditamos que as punições devem ser eficientes, evitando recair no elo mais fraco. Somos a favor de processos administrativos e civis contra universidades, Atléticas, Centros Acadêmicos ou quaisquer entidades associadas às violações aos direitos humanos direta ou indiretamente. Ressaltamos, entretanto, oposição à retirada do FIES mencionada no artigo 10 do relatório parcial, que acarretaria prejuízo justamente ao universitário que também pode ser vítima dessa realidade opressora e não pode arcar com os custos da universidade.

Ademais, reconhecemos que as medidas de popularização da universidade, mesmo que insuficientes como o FIES, tendem a acarretar uma mudança positiva em relação a opressões na universidade.

Diante de fatos recentes, como o falecimento do aluno da Unesp Humberto Moura Fonseca, em decorrência do abuso de álcool em uma festa universitária, e dos depoimentos apresentados na CPI, é inegável que o uso de bebida alcoólica no ambiente universitário tem se apresentado de forma problemática.

Reconhecemos ser essa uma questão crucial que permeia a vida social do estudante de Medicina no panorama atual. No entanto, a DENEM se opõe a medidas meramente proibicionistas tendo em vista que elas não atingem as causas de base e são, nesse sentido, pouco resolutivas. Tais medidas, inclusive, incentivam que eventos clandestinos sejam promovidos em locais afastados, ainda mais inseguros, agravando a vulnerabilidade dos alunos.

Entendendo que a promoção de festas é crucial para o financiamento de diversos Centros Acadêmicos de Medicina no país, encaramos a proibição de confraternizações e do uso de álcool em atividades estudantis como uma afronta à autonomia do Movimento Estudantil. Em vez de sua proibição, propomos que tais eventos sejam realizados

respeitando a legislação vigente e sigam diretrizes consagradas para a redução de danos causados pelo consumo de álcool em festas voltadas ao público jovem, tais como, limitação da realização de eventos do tipo open bar com oferta livre de bebidas alcoólicas; disponibilização farta de alimentos; oferta de água para consumo livre; presença de corpo de bombeiros em número adequado para o público esperado, capacitado para lidar com situações decorrentes do uso de álcool; limitação a substâncias alcoólicas de baixo teor alcoólico; restrição da divulgação comercial de bebidas alcoólicas no ambiente da festa e do fornecimento para pessoas claramente entorpecidas.

Entendemos que o abuso de álcool está relacionado com a violência observada nos trotes, inclusive sendo incentivado ao longo da vida universitária desde a recepção aos ingressantes.

A DENEM espera que os Centros Acadêmicos sejam capazes de promover o consumo responsável de álcool em seus eventos e de coibir ações que visem vulnerabilizar qualquer grupo presente nos espaços que se propõem a constituir.

A DENEM entende que as Intermeds são uma forma bem específica de conceber as competições esportivas e contêm elementos intrinsecamente problemáticos. Elas surgem da ideologia perversa de meritocracia e superioridade institucional, através da qual se transfere um afeto patológico para a universidade, não em nome da educação e da saúde, mas em nome do fetiche da autovalorização.

É esse espírito que concretiza uma competição violenta, cujo delírio atinge as torcidas orientadas não a incentivar seu time, mas a ofender às demais universidades. Uma leitura superficial das letras dos hinos abundantemente entoados para além das opressões utilizadas como base para as ofensas, quer pelo machismo, racismo e LGBTfobia, já ilustra o objetivo fascista para o qual são produzidas, a redução do outro e a elevação do si.

Uma competição que adquire esse tipo de prática cotidiana conclui que se utiliza o esporte primordialmente para acobertar e legitimar um núcleo de violência, inclusive utilizando como discurso ideológico a “natureza” do esporte, o que é obviamente um autoengano.

As consequências são as mais óbvias, como a desmobilização e segregação estudantil para as questões políticas relevantes, a perpetuação de grupos hegemônicos nas universidades e o controle acrítico dos estudantes por meio do afeto patológico gerado através da violência. O esporte como prática evidente da saúde pode cumprir uma função social e a DENEM defende que as competições cumpram o propósito de permitir a experiência do esporte para os atletas, mas jamais o propósito de enaltecer o nome de uma instituição através da vitória de alguns de seus alunos, como se alguma superioridade de ordem genérica, humana e eugenista pudesse ser auferida em competições esportivas.

Como último ponto, mas não menos importante, a DENEM expressa sua profunda preocupação e indignação com os casos de violência sexual denunciados. As vítimas são violentadas de forma sistemática e sequencial a princípio, pela violência sexual em si, que configura crime hediondo; e segundo, pelo silenciamento imposto institucionalmente a elas por meio da negligência por parte das instâncias administrativas da universidade, que se demonstra pela falta de órgãos de acolhimento e apuração dos casos, e da negativa, e a hostilidade e desmoralização por parte dos colegas, o que leva a vítima a permanecer calada.

Isso caracteriza aquilo que entendemos como cultura do estupro, que tem como base um tripé, a subjugação da mulher por meio da violência de modo a sustentar o patriarcado, a relativização do ato criminoso juntamente à culpabilização da vítima e a impunidade do agressor.

A violência contra a mulher dentro da universidade é um reflexo da estruturação social, política e cultural dessa, que se sustenta, entre outros pontos, pela desigualdade de gêneros - que se manifesta no acesso às instâncias públicas, na disparidade salarial, no duplo padrão, entre outros. Devido a essa organização, a mulher é socialmente vulnerável a violências em todos os âmbitos, tanto físico, como moral, psicológico e emocional.

No meio universitário, essa vulnerabilidade é expandida pelo incentivo ao consumo abusivo e nem sempre consentido, de álcool e outras drogas e de festas que se utilizam do corpo feminino como atrativo principal.

A DENEM entende a violência sexual nas universidades como algo cultural construído com o intuito de oprimir, no sentido de produzir e manter desigualdades entre os gêneros e submeter a mulher, ignorando sua resistência e sua luta históricas pela conquista de seus direitos públicos inalienáveis.

A CPI, neste sentido, cumpre um papel fundamental para a defesa da verdade e para o rompimento do silêncio em torno dessas vítimas, sufocadas pelo ceticismo e pelo julgamento moral sobre a mulher.

A CPI identificou diversas irregularidades nas sindicâncias já abertas, sendo de fundamental importância que o debate da apuração seja feito com critério e que o machismo não interfira na constatação do crime como visto nesses casos evidenciados.

A DENEM apoia veementemente que os estupradores sejam identificados, expulsos das universidades após estabelecimento de processo sindicante competente e justo, e submetido a todos os processos judiciais cabíveis no meio extrauniversitário.

A DENEM também entende uma possibilidade desonesta e real de que setores conservadores utilizem as denúncias para legitimar o processo de desmonte da universidade pública. Deste modo, cabe o esclarecimento de que esses problemas não derivados primordialmente do caráter elitista em que se dá o acesso as universidades, tornando-as espaços de privilégio e manutenção de redes de corporativismo. Sendo assim, é conclusão óbvia e constatada pela observância da CPI, que o problema se agrava nas faculdades pagas, inclusive pela condição de cliente, não de sujeito de direitos, constituinte da relação entre estudante e instituição.

Por fim, repudiamos toda forma de retaliação aos denunciantes e militantes de direitos humanos. O processo apesar do fim iminente da CPI, não acabou, sendo a Executiva de Medicina uma entidade compromissada a publicizar e encaminhar quaisquer outras denúncias ao Ministério Público, órgão responsável daqui em diante pelas apurações e responsabilizações jurídicas cabíveis. Saudações estudantis. DENEM"

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Que texto maravilhoso, heim?

A SRA. SARAH MUNHOZ – PCdoB – Muito bem escrito.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Testo maravilhoso, heim doutor? O senhor que gosta de um bom vernáculo?

(Risos.)

Muito bem escrito, faz bem para a saúde. Bom, para concluir, então, finalmente acho que nós vamos ver a cena do linchamento, a proposta de linchamento do Felipe que é uma das pessoas que escreveu este maravilhoso texto, da Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina.

Então vamos ver o horror do Show Medicina propondo o linchamento do Felipe Scalisa. Vamos lá? Eu falo com tanta evidência não é para, como se diz, para que ele fique exposto, mas uma homenagem que estou fazendo ao Koba, ao Scalisa e a todos estes coletivos que ajudaram a construir esta CPI, vamos lá. Estes aqui são quantos minutos, Dan? O Eduardo fez uma contribuição incrível também. Vamos lá? Vai dar Dan, senão a gente encerra sem a grande, o grande argumento do Show Medicina. Que o Brasil inteira saiba como é feito o Show Medicina nas masmorras.

Dr. Ulysses, nós não falamos o nome de todos os procuradores, não é Dr. Benetton? Fala o nome de todos os procuradores que estavam envolvidos, por favor.

O SR. MARCO ANTONIO BENETTON - Dra. Carolina, Dr. Alexandre Kimura, Dra. Vanessa, Dra. Alessandra com o apoio do procurador chefe.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E o jovem Benetton.

O SR. MARCO ANTONIO BENETTON - Obrigado pelo jovem.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Deu Danilo? Se não a gente acaba. Não vai dar, fica para a próxima. Pessoal, muito obrigado a todos. Deputado Marco Aurélio?

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Quero registrar aí meus parabéns a V. Exa. pela condução dos trabalhos, lembro no final do ano passado quando o nosso líder João Paulo Rillo conseguiu em uma negociação com as demais lideranças partidárias a instalação da CPI, V. Exa. me fez o convite no Plenário e eu disse a V. Exa. que eu sairia então da Comissão de Constituição e Justiça para poder ter tempo de acompanhar a CPI e muito me honrou mesmo estar trabalhando junto com V. Exa. tanto na Comissão de Direitos Humanos como aqui na CPI.

V. Exa. é uma pessoa que na sua atuação chama a atenção pela defesa que faz da justiça dos que mais precisam, mas quem convive e está próximo da sua pessoa fica muito impressionado pela dedicação com que você tem com a causa do menos favorecido. Parabéns, muito obrigado por esta oportunidade. Deus te abençoe.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Muito obrigado.

O SR. MARCO AURÉLIO – PT – Muito obrigado também a todos os companheiros parlamentares que participaram desta CPI, aos funcionários, todos os colaboradores, todos os que estiveram aqui e evidentemente às pessoas que marcaram presença, né? Acho que foi a primeira CPI... Então a todos os que acompanharam porque o Parlamento também assim como todo Poder Político ele funciona mais eficiente quanto maior for a cobrança com o acompanhamento. Então, quanto mais vocês estiverem acompanhando é melhor funciona o Poder Político.

O Lula disse uma vez que política, que o poder é igual feijão, só funciona com pressão. Tem que ter pressão mesmo e normalmente neste país as pressões foram feitas por quem mais tinham e ultimamente na democracia alguns grupos que menos tinham conseguem fazer pressão e obtiveram o resultado. Então, parabéns a todos vocês também que impulsionam o poder político do país para que produza melhores resultados condizentes com a população do Brasil. Muito obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, queria fazer, parabéns deputado Marco Aurélio.

(Aplausos.)

Deputado Ulysses Tassinari, médico da Pinheiros proporcionou uma importantíssima relatoria. Foi importante que um médico formado pela Pinheiros produzisse esse relatório para enfrentar uma dificuldade tão grande. A enfermeira Sarah Munhoz, o meu querido amigo, irmão Marco Aurélio de Jacaré, né? Que naquela rede social que a Faculdade de Medicina tinha tanto medo que aquele diálogo que eles travaram nas redes sociais viesse a público e os procuradores, jornalistas, todo mundo que nos apoiou, o pessoal do apoio, da audiofonia, do "Diário Oficial", muito, muito obrigado. As comissões, tudo, muito obrigado a todos. A sessão está encerrada, obrigado.

(Aplausos.)

* * *

